

## **RELAÇÕES DE GÊNERO, PODER, DISCIPLINA E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRY (DIAMANTINA/MG) E SÃO ROBERTO (GOUVEIA/MG) – 1920/1930**

Kátia Franciele Correa Borges

### **Introdução**

Nas décadas de 1920 e 1930 o Brasil viveu a euforia do progresso consequente da *Belle Époque* (1890-1920). Para Rachel Soihet, a *Belle Époque* brasileira representou o completo estabelecimento da ordem burguesa, que diante da crescente modernização do país viu no debate sobre a higiene o caminho para introdução de hábitos civilizados semelhantes ao modelo parisiense. As cidades mineiras de Diamantina e Gouveia, localizadas no Vale do Jequitinhonha, buscavam tal modernização pautadas nas ações de duas fábricas de tecidos que agitavam as economias locais – a Fabrica de Biribiri e a Fabrica de São Roberto. Ambas fundadas no século XIX, em meio à crise da mineração, destacavam-se por gerar empregos, sobretudo, para as moças filhas de famílias descendentes de “ex-escravos” e agregados das fazendas locais. Aos poucos Diamantina e Gouveia foram inseridas nas estatísticas econômicas acerca da indústria nacional (MACHADO FILHO, 1909;1960). Assim, as interrogações iniciais que nortearam esse artigo foram: como estavam definidas as relações de gênero naqueles espaços fabris? Como foram construídas? Quais os mecanismos que regularam tais relações?

O presente artigo visa analisar como se processou as relações de gênero, poder, disciplina e trabalho no cotidiano das operárias que trabalharam nas fábricas de Biribiri e São Roberto. Buscamos apreender as representações simbólicas que constituíram as relações de gênero, disciplina e trabalho nesse espaço fabril. Constatamos que ambas as fábricas no trato das suas operárias, desenvolveram um modelo fábrica têxtil com similaridades a outros modelos presentes no país de 1920 a 1930. Contudo apresentaram também características particulares

como: influencia do poder da Igreja Católica, a presença de um moralismo burguês advindo do contexto regional, relações de poder entre os sexos masculino e feminino, entre outros aspectos.

Segundo Cruz (2002, p.127) “todas as sociedades humanas têm algum tipo de divisão sexual do trabalho: decidem quais trabalhos os homens realizam e quais se situam dentro da órbita feminina”. Desse modo, não buscamos discutir acerca da *luta de classe*<sup>1</sup>. Aliás, tal discussão, tem sido brilhantemente trabalhada por historiadores de vertente marxista desde a segunda metade do século XX. Procuramos discutir a história das *relações de poder* estabelecidas no espaço fabril mediante a *divisão sexual do trabalho*.

Nesse sentido, partimos da análise da *história em migalhas*, ou seja, “uma história preocupada com todos, não somente com o rico ou com poderoso” (BURKE, 2010, p.79), consideramos que a história das mulheres operárias que atuaram nas fábricas de Biribiri e São Roberto merecem nossas análises, uma vez que, essa história faz parte do que se construiu mediante *representações da mulher pobre*, das relações de gênero e, sobretudo do contexto regional.

Dessa maneira, partindo da análise de Bourdieu (2002, p.40), quando afirma que “profissão é uma construção social, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social”. Procuramos interpretar e teorizar como se processou essa *construção social* no contexto das décadas de 1920 e 1930 nas cidades de Gouveia e Diamantina. Nosso trabalho trata-se de um estudo que ainda continua em andamento, por isso apresentaremos, por ora, alguns aspectos que conseguimos identificar. Baseia-se numa abordagem qualitativa cujos procedimentos metodológicos residiram sobre duas dimensões articuladas entre si: revisão bibliográfica e análise de fontes escritas e impressas.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que nosso entendimento de classe é o mesmo definido por Edward P. Thompson que aborda que a mesma “é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, P.10).

## Gênero e trabalho

Johan Scott, uma das pioneiras no estudo do gênero afirma que “etimologicamente a palavra gênero” deriva da palavra inglesa *gender* termo usado pela primeira vez por feministas inglesas com intuito de rejeitar um determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual. Elas desejavam realçar, por meio da linguagem “... o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p.72).

O gênero, conforme Mathieu (2009) se caracteriza como uma definição social em contraposição ao sexo que tem como definição o caráter biológico. Ou seja:

As sociedades humanas, como uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (MATHIEU, 2009, p.223)

*A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo*, segundo Kergoat (2009, p.67) assegurou que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas sobretudo, construções sociais”. Para a filósofa Simone de Beauvoir existe uma diferença entre *nascer mulher* e *se tornar mulher*, ou seja, o primeiro caso é definido pelo determinismo biológico enquanto o segundo é produto do papel transmitido pela sociedade – uma construção social (BEAUVOIR, 2009).

O conceito de profissão que dividem as *carreiras em feminina e masculina* também é uma *construção social* conforme certificou-nos Pierre Bourdieu (2002) . A crítica de Bourdieu pode ser observada no estudo de Wrigley (2006) sobre *as continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX* no contexto industrial europeu e americano. Segundo esse estudo o trabalho das mulheres nas fábricas têxteis e em algumas outras

atividades industriais, durante os séculos XIX e XX, se caracterizou como alternativo ao serviço doméstico e, o trabalho feminino foi determinado, não só pela diferenciação sexual e gênero, como também pela *diferenciação salarial*.

### Disciplina e Poder “da/e, na” fábrica

De acordo com Thompson (1998, p.269) a disciplina tem sua origem reelaborada na transição para a sociedade industrial madura acarretando uma “rigorosa reestruturação dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que estes estímulos atuassem efetivamente”. Para Foucault (1987, p.130) “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição de indivíduos no espaço. Por isto, utiliza diversas técnicas”. No caso dos primeiros industriais europeus e americanos podemos citar a preocupação com higiene, a moradia e a divisão sexual do trabalho. Aspectos esses que foram também transpostos para o cenário brasileiro.

No período da *Belle Époque* (1890-1920). homens e mulheres dos segmentos populares foram induzidos a assimilar:

valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendo-se às demais esferas da vida [...]. Convergiam as preocupações para organização da família e de uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos (SOIHET, 2009, p.362).

Perrot (2011), ao analisar o contexto francês, constatou que a preocupação com a organização familiar seria também *um desafio de ordem moral*. Para Rago (1985) a disciplina praticada no espaço fabril buscou:

instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares e promíscuas e anti-higiências observados no interior da habitação

operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir (RAGO 1985, p.61)

Esse modelo de organização familiar, como constatou a autora, se concentraria na “família nuclear, reservada, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes” (RAGO 1985, p.61).

Segundo Perrot (2011, p.203) “moralização e normalização dos trabalhadores passam pela melhoria da habitação” assim as vilas operárias se tornaram “poderosos instrumentos de paternalismo disciplinador”.

Ao analisar contexto mineiro, Giroletti (1991) nos informa-nos que

As primeiras fábricas, para produzir a disciplina criaram vários espaços fechados superpostos aos quais os operários (e às vezes suas famílias) estavam simultânea e permanentemente submetidos. O primeiro, mais geral, era constituído por vilas operárias. Estas, regidas por regulamentos próprios, formavam o primeiro ambiente fechado, distinguindo operários dos não operários, moradores de não moradores. Os familiares eram obrigados a seguir as mesmas normas enquanto residissem ali. O ingressar e o permanecer na vila significava a adesão às regras de convivência estabelecidas. A inadimplência por uma razão ou outra, seria punida com o desligamento para que não ocorresse a “desmoralização” do lugar (GIROLETTI, 1991, p.141) .

Nas fábricas de Biribiri (Diamantina) e São Roberto (Gouveia) encontramos as características expostas por Perrot (na França) e por Giroletti (no Brasil). Ambas são compostas por vilas operárias, situavam distante de suas sedes<sup>2</sup>, e possuíam normas e regulamentos que asseguram não só a preocupação com a disciplina e a moral das moças. Para Giroletti “com a associação – fábrica e vila operária – na forma descrita, o de disciplinamento dos empresários estendeu-se para a vida privada, familiar e social dos trabalhadores e moradores” (GIROLETTI, 1991, p.170).

---

<sup>2</sup> Biribiri situava (e ainda situa) a 12 km da sede de Diamantina. O nome Biribiri significa em Tupi gurarani “buraco fundo”. A Fábrica de Tecidos São Roberto, quando fundada situava-se a dois km do município de Gouveia, e a 34 km de Diamantina. O nome São Roberto é uma homenagem a um dos sócios fundadores o senhor Quintiliano Alves Ferreira - o Barão de São Roberto (MACHADO FILHO, 1909;1980).

Dessa forma, as habitações para moças operárias ou para famílias de operários foi uma prática visando *o controle, a higiene e o disciplinamento*. Conforme Rago os institutos de “assistência social que se criam no país fundam a possibilidade do nascimento da intimidade operária, para que os engenheiros e autoridades competentes sugerem a construção de habitações higiênicas e confortáveis” (RAGO, 1997, p.13). Segundo Perrot, a prática de oferecer dormitórios para os trabalhadores já existia ainda nas incipientes indústrias francesas e geralmente as habitações destinadas as moças eram chamadas de conventos ou internatos e as destinadas aos rapazes eram chamadas “*chambrées*” ambos eram diferentes no quesito liberdade.

As liberdades do dormitório masculino contrastam com o rigor dos “conventos da seda” de Lyon, implantados a partir de 1840, segundo o modelo americano de Lowell. Enquadram maciçamente (até 100 mil no apogeu do sistema) as moças do campo, empregadas desde os doze anos até o casamento nas fiações de seda e nas fábricas de tecidos. Elas trabalhavam 14 horas por dia, sob o controle de contramestras laicas, e vivem em internatos mantidos por religiosas de ordem criada expressamente para esse fim; à noite, dormem em dormitórios lotados, mas cada uma em uma cama, o que não acontece na aldeia nem em fábricas de menores dimensões. Em suma, a rudeza da vida rural nessa época tornava aceitáveis os internatos (PERROT, 2011, p.207).

Os *dormitórios para moças* são também descritos por Girolletti, quando infere sobre as habitações do operariado nas primeiras indústrias têxteis de Minas Gerais, o autor constatou a existência de pensões em vários lugares. E reafirmou o uso da denominação Convento para os dormitórios destinados ao sexo feminino. Para ele essa denominação ocorreu devido ao fato de “quase todas as mulheres eram virgens [...] havia no Convento uma capela [...] a presença das imagens e a luz alterada mantinham uma ambiente estranho que infundia respeito” (GIROLETTI, 1991, p.171).

O Convento conforme Giroletti se tratava de *um espaço social controlado*. “A convivência com o mundo exterior era objeto de Regulamentação própria. As moças viviam em regime de clausura. Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados” (GIROLETTI, 1991, p.179). Esse controle pode ser comparado ao conceito de *Panopticon*

descrito por Foucault (1987), um lugar de vigilância com relações de poder pré-estabelecidas. Assim a fábrica, pode ser analisada também, como lugar de produção, vigiada tanto no seu espaço interno quanto externo através das regulamentações que regiam as vilas operárias e os Conventos.

### As fábricas de Biribiri e São Roberto

Biribiri em Tupi-guarani significa “buraco fundo” o lugar situava-se a 12 km da sua sede (Diamantina) e recebeu esse nome devido ao fato da região ser cercada por morros. A Fábrica de Biribiri<sup>3</sup> foi fundada em 1876 pelo bispo de Diamantina Dom João Antonio dos Santos, seu propósito inicial era gerar empregos para “ex-escravos” e órfãs do Colégio Nossa Senhora das Dores, isso levou Fernandes (2005) a afirmar que essa fábrica tinha um caráter *assistencialista* nos anos iniciais de sua fundação<sup>4</sup>. Todavia, Martins (2000) enfatiza que ela não representou só isso, ela gerou uma dinamicidade econômica para cidade de Diamantina, que naquele momento se encontrava em crise da mineração e da escravidão, ela gerou empregos, sobretudo, femininos.

A Fábrica de Tecidos São Roberto foi fundada também no final do século XIX (1886), situava-se a 2 km da sua sede (a cidade de Gouveia), seu fundador foi o deputado provincial Roberto Alves Taioba Júnior e seus sócios “Quintiliano Alves Ferreira (o Barão de São

---

<sup>3</sup> Hoje Parque Estadual Biribiri.

<sup>4</sup> Segundo Fernandes (2005) Dom João Antonio dos Santos empreendeu em Diamantina uma forte campanha abolicionista reduzindo a população escrava “entre 1872 e 1887 de 8.005 cativos para 2.005, pelo livro de matrículas” (Fernandes, 2005, p.109). Contudo, meio a esse processo abolicionista veio também a preocupação com a formação moral dos livres que naquele momento se encontravam ociosos. Assim fundou sociedades beneficentes de ajuda e os educandários: “o Ateneu São Vicente de Paulo, o Seminário Episcopal, o Colégio Nossa Senhora das Dores - CNSD”. Aos dois primeiros couberam a educação masculina, enquanto o ultimo a educação feminina (Fernandes, 2005, p.111). O CNSD, em 1876 foi privado da subvenção do governo imperial para manutenção de 60 órfãs recolhidas, as demais obras também sofreram cortes por parte do governo imperial. Isso que fez com o que bispado buscasse fontes alternativas de renda. Entre essas fontes se destacou a fundação da Fábrica de Biribiri que além de gerar renda poderia gerar empregos para moças órfãs depois de cumprido o período de estudos no CNSD (Fernandes, 2005).

Roberto, que originou o nome da fábrica), Pacífico Alves Ferreira, Rogério José da Rocha, Leonel Alves Ferreira, José Alexandre de Sousa, Manoel da Costa Pena e Carlos José Ribas”<sup>5</sup>. Assim como aconteceu em Diamantina essa fábrica movimentou a economia de Gouveia, ao contrário do propósito inicial de Biribiri, São Roberto não possuía *caráter assistencialista*, no entanto era semelhante em vários aspectos como a contratação de mão de obra feminina, opção pela construção da vila operária entre outros (MACHADO FILHO, 1909;1960).

Este artigo analisou fontes como: fichas das trabalhadoras de 1920/1930 e registros iconográficos onde constatamos que o trato da *disciplina* esteve presente nessas duas fábricas também, sobretudo nos momentos de lazer. Como por exemplo, uma imagem em que as funcionárias estava praticando um esporte recreativo com o uso do uniforme de trabalho da fábrica. Onde pode-se observar elementos que tendiam a indicar um certo recato como golas altas, falta do decotes nas blusas e saias compridas abaixo dos joelhos. O que nos conduzem a acreditar que o uniforme agia como instrumento moralizante e disciplinador conforme atesta Giroletti (1991, p.137) ao inferir que a constituição da “disciplina implica essencialmente o domínio sobre o corpo que se reflete nos gestos [...] o componente ideológico refere-se mais à teoria, ao conhecimento e à inteligência objetivando o convencimento”.

Analisamos também as fichas de funcionárias, no verso de algumas, por exemplo, encontramos informações sobre, comportamento da funcionária, advertência, férias, motivo da saída, etc. Assim consideramos que as fichas, além de ser um documento para registro dos funcionários, era também um instrumento de regulador de disciplina, e assegura que as relações de gênero nos espaços das fábricas de Biribiri e São Roberto eram permeadas por regras, valores e aspectos culturais que iria desde o comportamento das moças no dormitório denominado de Convento quanto em toda a vila operária.

Observamos ainda, que o instrumento principal de regulação era a delação que muitas vezes era retribuída com bônus salarial. As mesmas operárias também teriam que auxiliar nas

---

<sup>5</sup> Atualmente ao contrário do aconteceu em Biribiri que virou Parque Estadual de preservação ambiental, a Fábrica de São Roberto continua funcionando com o nome Companhia Industrial Estamparia São Roberto S.A.



atividades da Igreja da vila operária e praticar o culto católico assiduamente. Seus corpos eram sujeitos a se tornarem *moralizados*. Nesse sentido corroboramos com Foucault (2001) quando afirma que os espaços visíveis de disciplinamento e submissão transformariam os sujeitados em corpos dóceis e úteis. Desse modo, o trabalho desenvolvido até aqui nos conduzem a crer que nas fábricas de Biribiri e São Roberto, *o poder disciplinar* buscou, pelo nível dos indivíduos, *controlar os corpos e mentes de seus operários e operárias determinando gestos, atitudes, discursos, aprendizagem, vida cotidiana*.

## Considerações Finais

Diante do exposto o que conseguimos constatar é que de fato as condições políticas, econômicas e sociais construídas em Biribiri e São Roberto produziram representações de disciplinamento não só presentes na conjuntura regional como também global. Representações essas que segundo Roger Chartier e Stuart Hall se transformaram em modelos geradores de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. (CHARTIER, 1991; HALL, 2002). Conforme relatado anteriormente trata-se de um estudo que ainda continua em andamento, portanto novas considerações serão abordadas em outros trabalhos.

## Fontes

FICHAS DE REGISTROS DOS EMPREGADOS DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRI E SÃO ROBERTO (1920/1930) – Arquivo morto da Fábrica Estamparia São Roberto – Gouveia/MG.

REGISTROS ICONOGRÁFICOS (FOTOGRAFIAS, MAPAS E DESENHOS – DE 1930 A 1940) – Arquivo do Museu Alexandre Mascarenhas – Contagem/MG.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2.Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Vol. 1 e 2.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, p. 17-58, 2003.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados*. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> >. Acesso: 17 set. 2008, às 17h:50min.

CRUZ, Maria Helena Santana. Novas Tecnologias e Impacto Sobre e Mulher. In: **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Orgs. COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG Cecília Maria Bacellar. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. 320p. - (Coleção Bahianas; 8) Disponível em <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismociencia.pdf>. Acessado 27/01/10.

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

\_\_\_\_\_, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª Edição, Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo**. Helena Hirata [et al ] (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. P.67-75.

LEMONS, Marcos. **O grande Tecelão**. Editora Gráfica O Lutador, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 10.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MACHADO FILHO, Aires da Mata (1909). **Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. **A presença da fábrica no grande empório do Norte**: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V. 2

MARTINS, Júnia M. Lopes; MARTINS Marcos Lobato. **O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940)**. In: *Revista Educação*. Belo Horizonte: s/e, nº17, junho, 1993.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: **Dicionário crítico do feminismo**. Helena Hirata [et al ] (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 222-231

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo Tardio e a Sociabilidade Moderna**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, Campinas: Facamp, 2009.

PERROT, Michelle. **História dos quartos**. Tradução Alcida Brant. São Paulo Paz e Terra, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SARTORI , Giovanni. “Comparación y método comparativo.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29 - 50.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 20, nº2, julho-dezembro. (1995) p. 71-100.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI (Org), Mary; BASSANEZI (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009, p.443-481.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, Edward P. **Costumes em comum**. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 177-191.